

# Público

## AGENDA DA COLECÇÃO

**10 de Abril**  
**Gaibéus (1939)**  
Alves Redol

**17 de Abril**  
**Histórias de Amor (1952)**  
José Cardoso Pires

**24 de Abril**  
**Fátima: Cartas ao Cardeal Cerejeira (1955)**  
Tomás da Fonseca

**1 de Maio**  
**Povo (1947)**  
Afonso Ribeiro

**8 de Maio**  
**Quando os Lobos uivam (1958)**  
Aquilino Ribeiro

**15 de Maio**  
**O Encoberto (1969)**  
Natália Correia

**22 de Maio**  
**Vagão J (1946)**  
Vergílio Ferreira

**29 de Maio**  
**Rã no Pântano (1959)**  
António de Almeida Santos

**5 de Junho**  
**Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria (1961)**  
Henrique Galvão

**12 de Junho**  
**Um Auto para Jerusalém (1964)**  
Mário Cesariny de Vasconcelos

**19 de Junho**  
**Diário VIII (1959)**  
Miguel Torga

**26 de Junho**  
**Refúgio Perdido (1950)**  
Soeiro Pereira Gomes

**3 de Julho**  
**Escritos Políticos (1969)**  
Mário Soares

Todos os volumes a **6,50 euros**, exceptuando o primeiro, com o preço promocional de 1,95 euros. **Todas as quintas-feiras**, com o jornal PÚBLICO.

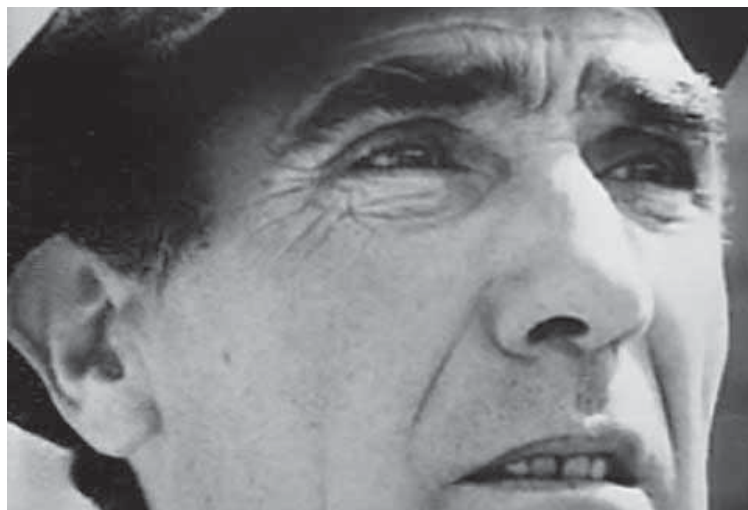
“Imoral”, “indecoroso” e “pornográfico” eram as palavras-chave. Entre 1933 e 1974, os Serviços de Censura do Estado Novo censuraram mais de 3300 livros e documentos. A nova colecção Livros Proibidos do PÚBLICO, em parceria com a editora A Bela e o Monstro, relembra as obras que foram retiradas de circulação durante o regime. São 13 volumes, nas suas edições originais e em versão fac-símile, originalmente editados durante as décadas de 30 a 60, cada um acompanhado do respectivo relatório oficial de censura. Todas as quartas-feiras, antes da saída de cada volume, especialistas analisam aqui cada uma das obras e a sua proibição. Hoje, *Gaibéus*, de Alves Redol

## Gaibéus: o censor gostou...



### Opinião Carina Infante do Carmo

Datado de 15 de Fevereiro de 1940, o relatório do censor de *Gaibéus* é uma peça surpreendente e reveladora da teia salazarista que cerceava a liberdade de criação. O livro saíra em Dezembro do ano anterior, em edição de autor, distribuída pela Livraria Portugália, com capa de um amigo de Redol, Antero Ferreira. Mereceu críticas favoráveis, entusiásticas até, e não apenas na imprensa identificada com o neo-realismo, comportando a evidência dada a um herói colectivo, os ranchos sazonais de ceifeiros da Beira Baixa e do Alto Ribatejo deslocados até à lezíria para a apanha do arroz. À distância dos 74 anos que nos separam do dactiloscrito da Censura assoma a vitória do espírito de recusa e da vocação humanista de Redol. O censor reconhece-lhe “incontestável valor” e, inusitadamente, nem sugere a sua proibição. Que, em todo o caso, se efectiva a 26 de Abril de 1940: quatro dias depois ocorre uma diligência de apreensão em Tomar, por ordem da PVDE. Tal acto pode não ter sido isolado mas o confronto entre a história editorial de *Gaibéus* e a leitura deste relatório deixa-nos face a um enigma intrigante e irónico. Ao documento foi acrescentada, à mão e a vermelho, a autorização para uma 2.ª edição do livro, a 1 de Junho de 1949, quando afinal este é reeditado logo em 1941. Assim acontecerá mais vezes ao longo da década, já com a chancela da Editorial Inquérito: a consagração de Redol justifica o risco de publicar num só volume *Gaibéus*, *Marés e Avieiros* ([1945?]), ilustrado por Manuel Ribeiro de Pavia, e uma edição popular do romance, em 1947, também com capa deste artista.



Não havendo dúvidas quanto à autenticidade do relatório, resta-nos verificar o facto de *Gaibéus* ter circulado (também graças a leituras em voz alta por colectividades, tertúlias, tabernas, nas lezírias) e de ter sido reeditado sem autorização formal. Como é que isso foi possível? Qual a eficácia da proibição? Não sabemos, na certeza porém de que este é o tempo de institucionalização da Censura que se irá refinando, nos seus métodos e resultados, e a que Salazar dedicará, pessoalmente, especial atenção. As conjecturas podem estender-se ao subscritor “adjunto” da máquina censória, cujo parecer revela acerto crítico sobre o modo de ver e de dar a ver o mundo em *Gaibéus*. Em alguns passos não anda longe dos argumentos elogiosos feitos ao livro na imprensa neo-realista (ter-se-á inspirado neles?). Fala do “poder de análise” da escrita que forja um documento vivido, sob forte impacto das “cores fortes”, dos efeitos visuais expressionistas e da cultura cinematográfica, acrescentamos nós. Reconhece o código ideológico que entende os indivíduos no plano social, na dialéctica entre a exploração e a pulsão libertadora. A aspereza da paisagem e a extenuante coreografia do trabalho braçal denunciam alienação e espoliação.

Mas, adianta o censor, “[n]ão é um livro revolucionário” (curiosa avaliação!): a seu ver, os gaibéus, mesmo o gaibéu rebelde, têm escassa ou nenhuma consciência de classe ou vontade de enfrentar os opressores. Diria o mesmo talvez de Manuel da Fonseca, Namora, Carlos de Oliveira. E finalmente a extravagante acusação de pornografia, típica do dicionário censório para condenar padrões morais da literatura subversiva. E não deixa de ser curioso atribuir tal *crime* a um neo-realista, tão comum é o estereótipo da sua expectável pudícia. Quase bastaria substituir aquela depreciação por erotismo e o inquisidor daria boa conta do

que se encontra em *Gaibéus*. A fisicalidade dos corpos explorados assume-se também na expressão do desejo entre personagens femininas e masculinas, nos tempos mortos de descanso ou na vigilância obcecada de um capataz sobre um rancho de ceifeiras. Sem chegar ao discurso interior, inverosímil neste contexto, a confusão sinestésica de imagens e sons dá forma à exaustão e ao desejo, compondo um “realismo convergentemente extrospectivo e psíquico” (Óscar Lopes). Com *Gaibéus*, o jovem Redol estreia-se na ficção de longo fôlego. A epígrafe traça o caminho para o livro: “Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem.”. Sem ressentimentos nem preconceitos, com modéstia de aprendiz, desejava que a obra fosse lida como arte, na linha porosa entre a ficção e o documental, que ela desse voz a uma realidade silenciada e assim fosse reconhecida por leitores futuros. Estava aí predito o futuro da obra redoliana que, com os anos, se ampliou, foi reescrita (no caso de *Gaibéus*, em 1965) e encontrou o seu *fruto sazonal* em *Barranco de Cegos* (1961). Na frieza deste documento burocrático da Censura adivinhá-se, pois, a arbitrariedade, a intimidação e, inadvertidamente, a tenacidade e a sedução de uma obra desalinhada do regime. Alves Redol era então já um protagonista da resistência pela cultura, confluyente com a sua militância comunista. Viverá toda a vida literária sob esse cerco (inclusive na prisão) e nunca deixará de assumir a centralidade política da arte, a sua acção emancipadora, a necessidade imperiosa da sua democratização.

Universidade do Algarve/  
Centro de Estudos  
Comparatistas - Universidade  
de Lisboa

